



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

MGSTJ - ATA DE REUNIÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data	15/02/2023
Horário	Das 10h às 11h15
Local	Sala de Videoconferências I - 1º andar - Ed. Ministros I
Responsável pelo registro	Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria (Coordenadora de Planejamento Estratégico)

Participantes

- 1 – Sérgio Pedreira (Diretor-Geral)
- 2 - Carl Olav (Secretário-Geral da Presidência)
- 3 - Marcelo Cavali (Juiz Auxiliar da Presidência)
- 4 - Alexandre Fabre (Secretário-Executivo da Presidência)
- 5 - Cristina Petcov (Chefe de Gabinete da Presidência)
- 6 - Vera Lúcia França (Chefe de Gabinete do GSE)
- 7 - Rodrigo Chebli (Chefe de Gabinete do GSP)
- 8 - Luiz Otávio Moura (Assessor do GSP)
- 9 - Sueli Cristina (Chefe de Gabinete do GDGI)
- 10 - Daniella Gonçalves (Assessora do GDG)
- 11 - Leonardo Peixoto de Melo (Assessor do GDG)
- 12 – Carlos Eduardo (Assessor do GDG)
- 13 - Roberto Petruff (Assessor-Chefe da ACD)
- 14 - Luiz Fernando (Assessor-Chefe da AJU)
- 15 - Lener Taplion (Assessor-Chefe da AEC)
- 16 - Ketlin Feitosa (Assessora-Chefe da AGS)
- 17 - Elaine Nóbrega (Assessora-Chefe da AGE)
- 18 - Simone Pinheiro (Coordenadora da ACI)
- 19 - Josiane Cury (Secretária da SED)
- 20 - Alessandra Teixeira (Secretária da SAD)
- 21 - Solange Rossi (Secretária da SGP)
- 22 - Sartre Gonçalves Santos (Assistente da SIS)
- 23 - Humberto Pradera (Secretário da STI)
- 24 - Denisse Dias (Secretária de Segurança)
- 25 - Fabiana Bittes (Secretária da SOF)
- 26 - Mariana Camargo (Diretora do CEFOR)
- 27 - Juliana de Paula (Assessora-Chefe da ASM)
- 28 - Lúcia Helena (Assessora-Chefe da ACE)
- 29 - Flavio Santana (Assessor-Chefe da ASP)
- 30 - Karima Kassab (Assessora-Chefe da ARI)
- 31 - Daniel Castro (Assessor-Chefe da AIA)
- 32 - Marcelo Ornellas (Assessor-Chefe do Nugepnac)
- 33 - Natália de Mattos (Secretária da SCO)
- 34 - Antonio Augusto Gentil (Secretário da SJD)
- 35 - Rubens Cesar (Secretário da SPF)
- 36 - Barbara Brito (Secretária da SJR)
- 37 - Vânia Maria (Assessora-Chefe da AJC)
- 38 - Tiago Irber (Assessor-chefe Substituto da ARP)
- 39 - Ivo Mützenberg (Secretário da AUD)
- 40 - Tatiana Estanislau (Ouvidora Auxiliar)
- 41 - Ana Carolina Rodrigues (Assessora do GDG)
- 42 - Raquel Mizuno (Assessora do GDG)

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

Deliberar sobre a situação do Plano Estratégico STJ 2021-2026 em dezembro/2022.

3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Situação das pendências registradas nas RAEs ns. 3 e 4, realizadas respectivamente em 4/10/2022 e 14/12/2022, conforme Processo SEI/STJ n. 001628/2020.

Ação	Responsável	Prazo	Situação
Aprovar o relatório final da Pesquisa de Imagem do Tribunal.	Alta Administração	dez/2022	Realizado
Ajustar a meta do Indicador "Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania" para 15.000 ao ano, já a partir de 2022.	CPES/AGE	dez/2022	Realizado
Ajustar a descrição da meta e as metas desdobradas do indicador "Julgamento de ações coletivas", em alinhamento à Meta 6 de 2022, de 100% para 99%.	CPES/AGE	dez/2022	Realizado
Cancelar a iniciativa "Automação apoiada por IA" e formular projetos mais específicos.	ARP/AIA/AGE	dez/2022	Realizado
Suspender a iniciativa "Triagem processual avançada".	ARP/AGE	dez/2022	Realizado
Realizar reunião para tratar do cronograma do projeto "sistema de custos".	SOF, AGE, STI, GDG	Até 19/12/2022	Realizado
Atualizar o Manual de Organização do STJ.	Todas as unidades/AGE	Todas as unidades/AGE	Realizado Está em andamento nova atualização vinculada à estrutura de 2/2, com prazo para as unidades até 17/2 . Enviada IN para regulamentar transição da SAD.
Providenciar os ajustes e divulgação necessária para a formalização do novo valor institucional "acessibilidade".	AGE e ACI	Próxima RAE	Realizado Cartaz atualizado e distribuído às unidades; matérias disponibilizadas na intranet; calendário virtual 2023 ajustado; cartazes atualizados na intranet; livreto do Plano aguardando os ajustes decorrentes desta RAE.
Adotar ação corretiva para os recorrentes atrasos relacionados à iniciativa "IA-CM - Modelo de Capacidade de Auditoria Interna".	AUD	dez/2022	Convertido em iniciativa setorial.
Estudar métrica e ações corretivas para o indicador "Cursos com instrutoria interna".	CEFOR	dez/2022	Item a ser tratado nesta RAE.
Estudar com mais detalhe os ajustes no indicador "Redução do acervo" para apresentar nova proposta de mensuração.	AGE/Unidades judicantes	dez/2022	Item a ser tratado nesta RAE.
Apresentar novos indicadores para mensurar o objetivo "Prevenir litígios", de modo a substituir o atual "Controvérsias criadas".	NUGEPNAC, SJR, SJD, AGE	dez/2022	Item a ser tratado nesta RAE.
Contatar os gabinetes de ministros para maior sensibilização sobre a Meta 4 de 2022.	GSP/AGE	dez/2022	Ministra aprovou o painel BI da meta 4, porém está em atualização pela AGE tendo em vista mudança no glossário da meta.

Ação	Responsável	Prazo	Situação
Contatar os gabinetes de ministros para repassar informações com maiores detalhes sobre o desempenho da Meta 7, antes de atingir os 365 dias.	NUGEPNAC	dez/2022	Aguarda-se reunião da comissão de precedentes, que não ocorreu por licença do ministro Sanseverino. Há expectativa de que a reunião ocorra ainda em fev/2023.
Iniciar a modelagem na SSE e retomar o mapeamento de processos na STI.	AGE/SSE/STI	dez/2022	STI em andamento SSE solicitou o cancelamento da ação
Pensar em novas métricas para o objetivo "intensificar o uso de tecnologias da informação".	STI/AIA	dez/2022	Em estudo. Sugestões: pontuação do critério "dados e tecnologia" do Prêmio CNJ de Qualidade (conforme regulamento anual) e carta de serviços do STJ + Pesquisa PTD (onde é possível evoluir).
Revisar o escopo do projeto "redução de demandas" visando abarcar o "Athos Tribunais".	Unidades envolvidas	Próxima RAE	Item a ser tratado nesta RAE.

4. ATA

4.1. Abertura da reunião

Dr. Sérgio (ST) abriu a reunião e deu as boas-vindas a todos os presentes. Passou a palavra para a Dra. Elaine (AGE), que por sua vez explicou que o foco principal do encontro era a apresentação e deliberação sobre os resultados do Plano Estratégico do STJ em 2022.

Na sequência, a Dra. Elaine (AGE) comentou sobre a situação atual de pendências de RAEs anteriores, conforme descrito no item 3 da presente ata.

4.2. Movimentação processual no período

A Dra. Elaine (AGE) apresentou brevemente os números da movimentação processual no STJ ao final do mês de dezembro/2022, comparando-os com os números do primeiro e segundo quadrimestres do ano, de acordo com os dados constantes dos [slides da reunião](#).

4.2. Situação geral do Plano STJ 2021-2026

Em seguida, a Dra. Elaine (AGE) apresentou também o resultado geral do mapa estratégico referente a dezembro de 2022 e ressaltou que os percentuais do objetivo "consolidar o sistema de precedentes qualificados" e do cumprimento geral do Plano STJ 21-26 melhoraram bastante desde o segundo quadrimestre de 2022, porém houve queda no resultado do objetivo estratégico "intensificar o uso de tecnologias da informação".

Fez ainda uma breve análise do mapa estratégico do Tribunal, explicando que a base do mapa deve ser a sustentação e o ponto de partida para o cumprimento dos demais objetivos, seguindo uma relação de causa e efeito. Portanto, há que se estudar a hipótese estratégica, pois os resultados da base, atualmente, requerem maior "atenção" do que boa parte da perspectiva processos internos e toda a perspectiva da sociedade, que estão em situação "ótima".

4.3. Situação dos objetivos, indicadores e iniciativas estratégicas

Dra. Elaine (AGE) procedeu à apresentação dos resultados por objetivo estratégico, com seus respectivos indicadores e iniciativas estratégicas.

PERSPECTIVA SOCIEDADE

· **Objetivo Estratégico – FORTALECER A IMAGEM E A TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL**

A Dra. Elaine (AGE) explicou que os 4 indicadores vinculados ao objetivo terminaram o ano de 2022 em situação “ótima”, conforme critérios adotados para o monitoramento da gestão estratégica (resultados entre 95 e 100% de cumprimento). Além disso, das seis iniciativas, 3 foram concluídas e 4 estão em início de desenvolvimento. Portanto, concluiu, o objetivo estratégico em questão está adequado, com bom balanceamento entre indicadores e projetos e ótimos resultados.

Mesmo assim, apresentou para deliberação a proposta de suspensão do indicador “**imagem do STJ**”, até que a nova pesquisa seja finalizada e os resultados apurados, para que seja possível revisar a forma de mensuração do indicador. A Sra. Tatiana (OUV) comentou que a expectativa é de que a pesquisa seja realizada entre os meses de abril e maio e os resultados apresentados entre junho e julho de 2022. Dr. Sérgio (DG) perguntou sobre a pertinência da aplicação da referida pesquisa em abril para evitar concorrência com a pesquisa de clima. A Dra. Solange (SGP) explicou que a pesquisa de clima está prevista para setembro, não prejudicando dessa forma a realização da pesquisa de imagem. Colocada para votação pelo Dr. Sérgio (DG), a proposta de suspensão do indicador foi acatada por unanimidade.

· **Objetivo Estratégico – PROMOVER A CIDADANIA**

Dra. Elaine (AGE) explicou que os 2 indicadores vinculados ao objetivo terminaram o ano de 2022 em situação “ótima”, e que, das 6 iniciativas, 4 foram concluídas e 2 estão em início de desenvolvimento. Portanto, concluiu, o objetivo estratégico em questão está adequado, com bons indicadores e bons resultados, mas com poucos projetos. E complementou informando que o “**Programa Humaniza STJ**” também contribui para o presente objetivo, mas se encontra fora do portfólio estratégico do Tribunal. A Dra. Natália (SCO) perguntou poderia ser feita essa inclusão. Dra. Elaine (AGE) respondeu que seria necessário aguardar a publicação da norma respectiva para posterior avaliação em RAE, o que foi acatado pelo Dr. Sérgio (DG).

Sobre o projeto “**marcação de políticas públicas e prioridades legais**”, o Dr. Augusto (SJD) comentou que a marcação dos ODSs da Agenda 2030 já está implementada por meio de filtros, o que trará subsídios para desenvolvimento de políticas e estratégias institucionais, e se prontificou a apresentar o projeto em outra oportunidade.

Em relação do indicador “**pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania**”, Dra. Elaine (AGE) explicou que a SIS propôs um novo projeto “**STJ nas Escolas**”, que se aprovado pela Administração, poderia beneficiar mais 60 pessoas por mês, no mínimo, contribuindo dessa forma para o indicador em questão, o que elevaria a meta para global para 15.500 pessoas beneficiadas por mês. Dr. Sartre (SIS), complementou dizendo que se trata de uma iniciativa voltada à primeira infância, com palestras nas escolas para os professores e pais de alunos, impactando de forma positiva na mensuração do indicador. Dr. Sérgio (DG) aprovou o projeto e a alteração da meta do indicador foi acatada por unanimidade pelos participantes.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

· **Objetivo Estratégico – BUSCAR AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Dra. Elaine (AGE) explicou que o objetivo possui vários indicadores de desempenho relacionados, inclusive metas nacionais do Poder Judiciário, e que apenas 2 deles terminaram o ano de 2022 em situação

“aceitável”, tendo os demais apresentado situação “ótima”. São eles: recorribilidade interna e redução do acervo. Quanto às iniciativas, várias foram concluídas e as ativas, no momento, são de responsabilidade da ARP, sendo que uma delas está suspensa temporariamente. Portanto, completou, a análise demonstra que o objetivo estratégico é relevante, possui muitos e bons indicadores, mas poucos projetos.

Foi ressaltado que há painéis BI das metas nacionais, com informações por gabinete de ministro, que serão disponibilizados em breve e deverão auxiliar no monitoramento desses indicadores pelos próprios gabinetes.

Especificamente sobre o indicador “**redução do acervo**”, Dra. Elaine (AGE) apresentou proposta de alteração na forma de mensuração e na meta, de forma semelhante à atual medição do indicador de congestionamento. Atualmente a meta é reduzir acervo do STJ para 180.000 processos tramitando, até dez./2026 e a proposta é reduzir acervo em 1% ao ano, em relação ao resultado de dezembro do ano anterior. Após as explicações, Dr. Sérgio (DG) submeteu a proposta ao colegiado, que a aprovou por unanimidade.

· **Objetivo Estratégico – PREVENIR LITÍGIOS**

Dra. Elaine (AGE) explicou que o objetivo possui apenas um indicador, que está suspenso, e um projeto, que está em processo de revisão de escopo. Portanto, trata-se de um objetivo estratégico desbalanceado. Por tal motivo, sugeriu avaliar a viabilidade de junção deste objetivo com outro similar, também da perspectiva de processos internos do mapa estratégico, como o “buscar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional” ou “consolidar o sistema de precedentes qualificados”. Metodologicamente, comentou Elaine, seria adequado visto que o tema continuaria a ser tratado, porém, em outro objetivo mais maduro e com melhor balanceamento.

Dr. Augusto (SJD) disse que o tema merece um lugar de destaque na estratégia do Tribunal e sugeriu sua manutenção. Acrescentou que há uma proposta de novo indicador para o objetivo.

Dr. Marcelo (Nugepnac) esclareceu que o indicador “**controvérsias criadas**” está suspenso porque os grupos que criam controvérsias não são exatamente o tema afetado, o que pode distorcer a informação. Explicou que é necessário envolver os gabinetes e, dessa forma, pode acontecer a mesma dificuldade encontrada atualmente com a meta 7. Portanto, sugeriu manter o objetivo como está, por mais um tempo, e aguardar inclusive a regulamentação da relevância, para proposição de novo indicador afeto ao tema. Dra. Elaine (AGE) apresentou então sugestão de exclusão do referido indicador, pelas dificuldades relatadas, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes.

No que diz respeito ao projeto “**redução de demandas**”, também vinculado a este objetivo, Dra. Elaine (AGE) mencionou que haverá uma revisão no escopo e no cronograma, com gestão conjunta da SJD, do Nugepnac e da AIA, com foco no *Athos Tribunais*. Dr. Marcelo (Nugepnac) complementou dizendo que o objetivo macro do projeto é identificar questões jurídicas que só conseguimos tomar conhecimento quando chegam ao STJ. O *Athos Tribunais* vai permitir essa identificação na origem, antes delas serem remetidas ao STJ, e aí, concluiu, o STJ vai ganhar muito com essa informação, pois poderá adotar ações preventivas. Colocada em deliberação, a alteração proposta no projeto foi aprovada por unanimidade.

Na sequência, foi apresentada proposta de um novo indicador denominado “**desjudicialização**”, em decorrência de deliberação de RAE anterior, com a seguinte meta: reduzir em 50% o quantitativo de processos da classe AREsp interpostos pela AGU e por outros grandes demandantes do Tribunal, até dez./2026. Dr. Augusto (SJD) explicou brevemente o histórico dos estudos para definição do indicador e o Dr. Sérgio abriu a votação ao colegiado, que aprovou por unanimidade a proposta.

Dr. Luiz Otávio (GSP) apresentou mais duas opções de possíveis métricas para este objetivo estratégico. A primeira seria voltada ao percentual de processos em nível nacional que chegam ao STJ e trabalhar em um indicador global. A segunda, seria algo mais específico, para identificar quais os tribunais de origem que seguem e quais não seguem a jurisprudência do Tribunal, para levantar qual o impacto desses processos

aqui no STJ. Dr. Sérgio (DG) sugeriu que SJD e Nugepnac estudassem as referidas propostas.

Por fim, Dr. Sérgio (DG) solicitou colocar em pauta a sugestão de unificar este objetivo estratégico com algum outro em reunião do comitê de representantes de gabinetes de ministros, que foi formado recentemente e se reunirá todos os meses para tratar de questões administrativas.

· **Objetivo Estratégico – CONSOLIDAR O SISTEMA DE PRECEDENTES QUALIFICADOS**

Dra. Elaine (AGE) explicou que o objetivo possui 2 indicadores e 2 projetos, um suspenso - criação do NAC e outro novo, voltado aos jurisdicionados vulneráveis. Como se trata de um objetivo estratégico relevante, vinculado diretamente com a visão estratégica do Tribunal, acrescentou, carece de projetos estratégicos mais específicos.

A meta 7, “**tempo médio da afetação à publicação do acórdão**” está em situação crítica, com resultado de 489 dias frente a uma meta de 365 dias. Aguarda-se reunião da comissão de precedentes para tratar do tema e que o Nupepnac propõe continuar com eventos e reuniões para maior sensibilização dos gabinetes, comentou Dra. Elaine (AGE). E, em relação ao projeto “**criação do NAC**”, que estava suspenso, foi sugerido o seu cancelamento, pela dependência do CNJ para implementação. A sugestão foi colocada em votação pelo Dr. Sérgio (DG) e acatada pelos participantes.

· **Objetivo Estratégico – PRIORIZAR O JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CORRUPÇÃO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Dra. Elaine (AGE) explicou que o objetivo possui apenas 1 indicador, vinculado à meta nacional n. 4, e 1 único projeto, de mesmo tema, mostrando a necessidade de adoção de projetos mais específicos. Dito isso, a Dra. Elaine sugeriu a junção do referido objetivo com o de “**buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**”.

Dr. Marcelo Cavali (juiz auxiliar da Presidência) ressaltou que, metodologicamente, não vê problema na unificação dos objetivos, porém, há necessidade de se manter as ações pontuais junto aos gabinetes, relativas à meta 4.

Dr. Sérgio (DG) sugeriu levar também essa sugestão para deliberação no comitê de representantes de gabinetes de ministros. Dr. Luiz Otávio (GSP), por sua vez, mencionou que como é uma questão metodológica, não vê necessidade de submeter ao comitê. Dra. Elaine (AGE) salientou que o objetivo em tela é relacionado a um dos macrodesafios do Poder Judiciário para o ciclo estratégico 2021-2026 e acrescentou que seria interessante uma avaliação pelo comitê, visto que poderia ser proposto algum novo projeto para o objetivo em debate. Por fim, Dr. Sérgio (DG) decidiu por pautar o tema em reunião do comitê.

· **Objetivo Estratégico – APRIMORAR A GOVERNANÇA**

Dra. Elaine (AGE) explicou que o objetivo está bem balanceado, com 3 indicadores em situação “ótima” e previsão de um novo, voltado ao *compliance*. Citou ainda que há diversos projetos, muitos deles consolidados no Programa Colmeia, instituído nessa gestão e voltado à melhoria e modernização da máquina administrativa.

Sobre o indicador “**governança no STJ**”, sugeriu aumento da meta de 2023 para 80%, visto que em 2022 foram aferidos 78% de cumprimento. Colocada em votação, a alteração da meta foi aprovada por unanimidade.

PERSPECTIVA PESSOAS E RECURSOS

· **Objetivo Estratégico – VALORIZAR AS PESSOAS**

O objetivo necessita de melhor balanceamento, pois há muitos indicadores e somente um projeto, mencionou Dra. Elaine (AGE). Citou ainda que há 3 indicadores precisando otimizar os resultados e alertou que, quando não se atinge a meta, é importante pensar em novas iniciativas para melhorar o desempenho que está sendo mensurado. Completou dizendo que o único projeto é voltado a uma ação continuada de capacitação para a área judicante.

Dra. Mariana (CEFOR) disse que o retorno pós-pandemia teve impacto nos resultados aferidos em 2022, além da mudança de gestão, que gerou suspensão de algumas ações no meio do ano. Sobre o indicador **“cursos com instrutoria interna”**, explicou que, na época em que ele foi criado, houve um direcionamento da Administração para valorização dos recursos humanos internos e que, atualmente, observa-se necessidade de utilizar maior capital humano de fora do Tribunal, como na área de TI, por exemplo. Dra. Mariana (CEFOR) complementou dizendo que é necessário realizar um estudo para verificar a pertinência da manutenção da meta de 60% de instrutores internos, visto que o contexto hoje é outro. Dra. Elaine (AGE) concordou com a sugestão. Dr. Luiz Otávio (GSP) lembrou que a valorização do servidor foi fator determinante à época da criação do indicador e que, talvez, essa não seja mais a necessidade hoje, pois o Tribunal caminhou bastante, e sugeriu pensar na possibilidade até mesmo de exclusão do indicador. Foi aprovado estudo para análise mais detalhada da situação do indicador.

· **Objetivo Estratégico – APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Dra. Elaine (AGE) explicou que o objetivo necessita de melhor balanceamento, visto que tem 3 indicadores relacionados, sendo 1 deles em situação “aceitável” e 2 projetos em estado de “atenção”. Reforçou que, quando não se atinge a meta, é importante pensar em novas iniciativas para melhorar o desempenho que está sendo mensurado.

O projeto **“sistema de informações de custos”** teve sua gestão migrada da SOF para a SGE, citou Dra. Elaine (AGE) e o indicador **“execução do PCAq”** deve passar por uma revisão da meta atual (50%), visto que o resultado de 2022 ficou em 89%. Entretanto, ressaltou, há que se avaliar os impactos da nova lei de licitações.

Quanto ao indicador **“aderência às metas do PLS-STJ”**, Dra. Elaine (AGE) falou sobre ajustes sugeridos nos subindicadores pela AGS para tratar do resultado apurado em dezembro de 2022 – “situação aceitável”. Na sequência, passou a palavra para a Dra. Ketlin (AGS), que destacou a preocupação com o subindicador relacionado à transformação digital, item que conta para o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) e o Prêmio CNJ de Qualidade. Acrescentou que ainda é necessário reduzir o número de impressoras, despertando o interesse dos gestores em verificar os seus processos internos de trabalho, além de monitorarem as impressões pessoais. Citou que tem observado ganhos consideráveis nos gabinetes de ministros, em relação às impressoras. Dr. Rubens (SPF) comentou que os gabinetes devem ser o foco principal agora, já que na área administrativa não há mais espaço para redução do número de impressoras. Dra. Denisse (SSE) apresentou sugestão de adotar política semelhante à do Banco do Brasil, onde ao solicitar uma impressão a máquina já avisa o valor e, se for trabalho particular, há a possibilidade de selecionar a opção de pagamento *on line*. Dra. Ketlin (AGS) agradeceu a sugestão, explicou que o STJ conta com uma Política de Impressão e que as impressões particulares não são permitidas, sendo necessário avaliar a viabilidade jurídica da sugestão assim como a possibilidade técnica por parte da STI. Concluiu dizendo que há duas opções para o momento: ajustar a meta de acordo com o contrato atual de impressão ou dialogar com as unidades para tentar reduzir ainda mais as impressões e assim conseguir manter a meta. Dr. Sérgio (DG) colocou em votação e a segunda opção foi aprovada pelos participantes. Acrescentou que essa ação junto às unidades deve ser realizada em parceria entre a AGS e o GDG.

No que se refere à falta de dados sobre o indicador **“ocorrências de segurança”**, Dra. Denisse (SSE) disse tomará as providências necessárias devido à importância da mensuração.

· **Objetivo Estratégico – INTENSIFICAR O USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO**

Dra. Elaine (AGE) explicou que este objetivo também necessita de melhor balanceamento, visto que possui inúmeros projetos associados e apenas 1 indicador. Lembrou que estão em estudo novas métricas, como citado no item 3 desta ata: pontuação do critério “dados e tecnologia” do Prêmio CNJ de Qualidade (conforme regulamento anual) e carta de serviços do STJ + Pesquisa PTD.

Não houve deliberação sobre a proposta de mudança de meta do indicador “**satisfação dos usuários de TIC**” devido ao adiantado da hora.

4.4. Alinhamento estratégico

Dra. Elaine (AGE) mostrou brevemente os resultados gerais do radar da estratégia em 2022, destacando os melhores resultados por critério do radar. Mencionou a importância da iniciativa no Tribunal para uma boa gestão estratégica e apresentou o resultado de pesquisa de satisfação junto às unidades alinhadas, que atingiu a zona de excelência, com 100 pontos.

Por fim, anunciou que os resultados da Premiação do Radar da Estratégia 2022 estão previstos para divulgação em março deste ano.

4.5. Outros assuntos

Dra. Elaine (AGE) lembrou que a revisão anual do **Plano Estratégico STJ 2021-2026**, conforme art. 5º da IN STJ/GP n. 23/2021, considerou a revisão das instruções de trabalho dos indicadores estratégicos, a atualização dos termos de abertura dos projetos estratégicos, a análise qualitativa do mapa estratégico e seus respectivos objetivos, realizada nesta reunião, as 3 versões (abril, julho e outubro) do Plano publicadas em 2022. Completou dizendo que nova versão do Plano com as alterações decorrentes desta RAE consolidam a citada revisão geral.

Dr. Augusto (SJD) perguntou sobre a previsão de retorno do “carômetro” dos servidores na intranet e foi informado pelo Dr. Sérgio (DG) e pela Dra. Solange (SGP) que o processo está na SGP para implementação.

4.6. Encerramento

Dr. Sérgio (ST) agradeceu a todos pela participação e encerrou a reunião.

5. DECISÕES

Ação	Responsável	Prazo
1. Suspender o indicador “imagem do STJ” até que os resultados da nova pesquisa sejam analisados.	OUV e CPES	Próxima RAE
2. Avaliar a possibilidade de inclusão do projeto “Humaniza STJ” no portfólio estratégico após publicação da respectiva norma.	AGE e GSP	Próxima RAE
3. Incluir projeto STJ nas escolas no portfólio estratégico.	AGE	Próxima RAE
4. Alterar para 15.500 a meta anual do indicador “pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania”, com a inclusão do novo projeto “STJ nas Escolas”.	CPES	Próxima RAE
5. Alterar a meta anual do indicador “redução do acervo” para reduzir acervo em 1% ao ano, em relação ao resultado de dezembro do ano anterior.	CPES	Próxima RAE
6. Excluir o indicador “controvérsias criadas” e propor nova métrica para a prevenção de litígios.	Nugepnac e CPES	Próxima RAE
7. Rever escopo e cronograma do projeto “redução de demandas” com vistas a abarcar o Athos Tribunais, com gestão conjunta entre SJD, Nugepnac e AIA.	SJD, Nugepnac, AIA e CPES	Próxima RAE

Ação	Responsável	Prazo
8 . Incluir no Plano Estratégico STJ 2021-2026 o novo indicador “desjudicialização”, proposto pela SJD.	SJD e CPES	Próxima RAE
9. Estudar indicadores propostos para a prevenção de litígios: percentual de processos em nível nacional que chegam ao STJ (indicador global) e os tribunais de origem que não seguem a jurisprudência do Tribunal (indicador específico).	SJD, Nugepnac e AGE	Próxima RAE
10. Cancelar o projeto “criação do NAC”, que estava suspenso, devido à dependência de ações do CNJ.	CPES	Próxima RAE
11. Pautar em reunião do comitê de representantes de gabinetes de ministros o levantamento de projetos para cumprimento dos objetivos “prevenir litígios” e “priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa” ou a unificação destes com outros objetivos estratégicos do STJ.	GDG e AGE	Próxima RAE
12. Alterar a meta do indicador “governança no STJ” para 80% em 2023.	CPES	Próxima RAE
13. Estudar o indicador “cursos com instrutoria interna” para avaliar a pertinência de sua manutenção no portfólio ou a possibilidade de alteração da meta.	CEFOR e CPES	Próxima RAE
14. Estudar a possibilidade de aumento da meta do indicador “execução do PCAq”, tendo em vista os resultados muitos superiores à meta em 2022, considerando também a nova lei de licitações.	SAD e CPES	Próxima RAE
15. Dialogar com as unidades para tentar reduzir ainda mais as impressões e assim manter a meta do indicador “aderência às metas do PLS”.	AGS, e GDG	Próxima RAE
16. Avaliar a adoção de política semelhante à do Banco do Brasil, onde ao solicitar uma impressão a máquina já avisa o valor e, se for trabalho particular, o servidor será cobrado.	AGS, AJU e STI	Próxima RAE
17. Adotar providências necessárias à mensuração do indicador “ocorrências de segurança”, que ficou sem dados no 2º e 3º quadrimestres de 2022.	SSE	Próxima RAE
18. Estudar a proposta de novos indicadores sobre a transformação digital: pontuação do critério dados e tecnologia do Prêmio CNJ de Qualidade (conforme regulamento anual) e carta de serviços do STJ + Pesquisa PTD (onde é possível evoluir).	AGE, STI, AIA	Próxima RAE
19. Estudar a proposta de mudança de meta do indicador “satisfação dos usuários de TIC” de 80% para 90%, devido aos resultados mensais apurados em 2022.	STI	Próxima RAE



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria**, **Coordenador de Planejamento Estratégico**, em 27/02/2023, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Costenaro Cavali**, **Juiz Auxiliar no STJ**, em 27/02/2023, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Castro Machado Miranda**, **Assessor-Chefe**, em 27/02/2023, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Otávio Borges de Moura, Assessor "A"**, em 27/02/2023, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Cesar Gonçalves Rios, Secretário de Processamento de Feitos**, em 27/02/2023, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Secretário de Administração**, em 27/02/2023, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sartre Gonçalves Santos, Assistente IV**, em 27/02/2023, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Gentil Santos de Souza, Secretário Judiciário**, em 27/02/2023, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia França da Silva Colombelli, Chefe de Gabinete**, em 27/02/2023, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Nóbrega Borges, Assessor-Chefe**, em 27/02/2023, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Petruff, Assessor-Chefe**, em 27/02/2023, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mützenberg, Secretário de Auditoria Interna**, em 27/02/2023, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Ribeiro Santana, Assessor-Chefe**, em 27/02/2023, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Domingos de Affonso Fabre, Secretário-Executivo da Presidência**, em 27/02/2023, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittes Veyl, Secretário de Orçamento e Finanças**, em 27/02/2023, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Gonçalves Cabeceira, Assessor "B"**, em 27/02/2023, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Vasconcellos Chebli, Chefe de Gabinete**, em 27/02/2023, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Karima Batista Kassab Coelho, Assessor-Chefe**, em 27/02/2023, às 18:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Pinheiro Machado de Souza, Coordenador**, em 27/02/2023, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Cury Nasser Loureiro, Secretário de Documentação**, em 27/02/2023, às 18:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natália de Mattos Lambert Soares, Secretário de Comunicação Social**, em 27/02/2023, às 19:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Veloso Mizuno Catelli, Assessor "A"**, em 28/02/2023, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Brito de Almeida, Secretário de Jurisprudência**, em 28/02/2023, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Camargo Rocha, Diretor do Centro de Formação e Gestão Judiciária**, em 28/02/2023, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Aparecida Estanislau de Souza, Ouvidor Auxiliar**, em 28/02/2023, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Paula Lima Pacheco, Assessor-Chefe**, em 28/02/2023, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carl Olav Smith, Secretário-Geral da Presidência**, em 01/03/2023, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Franco Costa de Carvalho Rodrigues, Assessor "A"**, em 02/03/2023, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Peixoto de Melo, Assessor "A"**, em 02/03/2023, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Cristina Moreira de Jesus, Chefe de Gabinete**, em 06/03/2023, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lúcia Helena Canfield Pereira, Assessor-Chefe**, em 06/03/2023, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio José Americo Pedreira, Diretor-Geral**, em 06/03/2023, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Solange da Costa Rossi, Secretário de Gestão de Pessoas**, em 07/03/2023, às 10:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lener Taplion Silva Azevedo, Assessor-Chefe**, em 07/03/2023, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando do Amaral Freitas, Assessor-Chefe**, em 07/03/2023, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Pereira Dias, Assessor "A"**, em 08/03/2023, às 13:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Maria Soares Rocha, Assessor-Chefe**, em 10/03/2023, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Irber, Assessor-Chefe - Em Substituição**, em 14/03/2023, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Fontoura Pradera, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 14/03/2023, às 19:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Denisse Dias Rosas Ribeiro, Secretário de Segurança**, em 17/03/2023, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini, Assessor-Chefe**, em 28/03/2023, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 3375272 e o código CRC 353232A9.